III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento

20 a 22 de outubro de 2014

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MPH1151

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL A PARTIR DO DIREITO À EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESENVOL

OCIONIRA RODRIGUES SOARES
MÔNICA FRANCHI CARNIELLO
prof_ocionira@hotmail.com
MESTRADO - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

ORIENTADOR(A)
MOACIR JOSE DOS SANTOS
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL A PARTIR DO DIREITO À EDUCAÇÃO: um estudo da evolução dos indicadores de desenvolvimento humano no Estado Maranhão de 1980 a 2010[1]

Ocionira Rodrigues Soares[2]
Profª. Drª. Mônica Franchi Carniello[3]
Prof. Dr. Moacir José dos Santos[4]

RESUMO

Verifica-se a importância dos indicadores sociais para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o efetivo exercício de suas liberdades. Neste trabalho, objetiva-se por meio de pesquisa qualitativa de caráter documental, sob o delineamento bibliográfico-exploratório, analisar os indicadores de desenvolvimento humano, mensurados na Unidade Federativa maranhense. Entre os 217 municípios maranhenses, enfatiza-se a qualidade dos indicadores sociais da capital e do município de Imperatriz, detentores dos melhores números estaduais. Ressalta-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), precipuamente o IDHM-educação e o IDH-renda. Neste trabalho de pesquisa foram utilizadas buscas em sites de organismos oficiais, através dos quais foram acessadas as diversas fontes documentais e de teorização científica que ratificam os resultados alcançados acerca da posição do Maranhão como penúltimo IDHM brasileiro. Enfatiza-seexemplos de políticas públicas existentes na região foco de estudo, fator relevante para o desenvolvimento regional sustentável.Constatou-se que existem municípios como São Luís e Imperatriz, em situação favorável em boa parte dos indicadores sociais, entretanto, há também casos como o município de Fernando Falcão, com indicadores muito baixos.

PALAVRAS–CHAVE: Desenvolvimento sustentável. Direito à educação.Índice de desenvolvimento humano. Políticas públicas.

THE SUSTAINABLE REGIONAL DEVELOPMENT FROM THE RIGHT TO EDUCATION: a study of the evolution of the indicators of human development in Maranhão State from 1980 to 2010

---

[1]Trabalho apresentado na disciplina de Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade – MGDR016 doPrograma de Pós-Graduação da Universidade de Taubaté – UNITAU – Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional. Submetido nesta ocasião ao III CICTED – XV MIPG (UNITAU) de 2014.

[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação UNITAU – Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté. Tautaté-SP. E-mail: prof_ocionira@hotmail.com.

[3] Profª. Drª. Docente e orientadora na disciplina de Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade. Doutora em Comunicação e semiótica (PUC-SP). Professora do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional – Universidade de Taubaté – UNITAU (www.unitau.br). E-mail: monicafcarniello@gmail.com.

[4] Prof. Dr. Orientador na linha de pesquisa. Doutor em História (UNESP), docente pesquisador do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional e do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté – UNITAU (www.unitau.br). E-mail: santos.mj@ig.com.br.

ABSTRACT

There is the importance of social indicators for the improvement of the quality of life of people and the effective exercise of their freedoms. In this work, the objective is through qualitative research of documentary character, under the bibliographic design exploratory, analyze the indicators of human development, measured in Federal Unit maranhense. Among the 217 municipalities maranhenses, it emphasizes the quality of the indicators of social capital and the municipality of Empress, holders of the best state numbers. It is noteworthy that the Municipal Human Development Index (IDHM), primarilyintended the IDHM-education and the HDI-income. In this research work were used searches of sites of official bodies, through which were accessed the various documentary sources and scientific theorising that corroborate the results achieved on the position of Maranhão as penultimate IDHM Brazilian. It emphasizes examples of public policies in the region focus of study, relevant factor for sustainable regional development. It was noted that there are cities such as São Luís and Imperatriz, in a favorable situation in good part of social indicators, however, there are also cases such as the municipality of Fernando Falcão, with indicators very low.

KEYWORDS: Sustainable Development. Right to education. Human development Indices. Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

As discussões acerca das questões concernentes ao meio ambiente ainda que tenham evidente relevância no que se refere ao desenvolvimento dos espaços geográficos de maneira sustentável, não foram sempre foco do interesse das sociedades e seus representantes. Considerando-se que a noção de finitude dos recursos naturais só com o passar do tempo é que fazer parte da tomada de consciência dos gestores e representantes das economias mundo afora. Fazendo-se um marco na história recente, tem-se a discussão realizada em 1972 na cidade de Estocolmo, cujos movimentos trazem a lume com o passar dos anos a noção de necessidade e limitação dos recursos naturais, dos quais depende toda a humanidade, motivo pelo qual é conclamada a preservar e manter para o usufruto dos atores presentes, bem como a sua relevante mantença para que os demais no futuro possam na medida de sua utilização sustentável.

O reforço de maior ênfase acerca das questões ambientais a partir da Conferência Rio-92, a também chamada de Eco-92, onde foram discutidos pontos importantes e nevrálgicos do contexto meio ambiente e progresso sustentável das nações ali envolvidas, sendo cobrada maior responsabilidade naquele momento, para as nações entendidas com as grandes responsáveis pelas práticas danosas à natureza e consequentemente à humanidade. Ocasião em que foi elaborada a Agenda 21, documento composto por diversas propostas de desenvolvimento sustentável para os países, concernentes às melhorias das consciências acerca do crescimento econômico arraigado pelo consumismo exacerbado, até inconsequente no que concerne a finitude dos recursos naturais. (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

Neste trabalho pretende-se realizar esclarecimentos acerca do desenvolvimento sustentável, a partir do efetivo direito à educação enquanto direito social, com supedâneotanto em documentos de direito internacional, como a Declaração dos Direitos do Homem, quanto como positivaa Carta Política vigente em seu artigo 6º e outras disposições a esse respeito.

Objetiva-se neste estudo, conhecer e apresentar perspectivas amostrais dos indicadores de desenvolvimento humano, mensurados no âmbito da Unidade Federativa maranhense. Partindo da compreensão de desenvolver com sustentabilidade, conceitua-se desenvolvimento regional sustentável, apresenta-se para tanto, os indicadores sociais, numa evolução cronológica desde a década de 1980, momento anterior à Carta Magna promulgada em 05 de outubro de 1988.

Acompanha-se o contexto evolutivo do direito social da educação, a partir dos indicadores sociais e do entendimento sobre políticas públicas, especialmente no interregno de 1980 a 2010, sobremaneira, a partir das informações dos Censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE, 1991; 2000; 2010).

Desde os fundamentos nacionais, realiza-se um recorte regional, com foco no Estado do Maranhão, e destaca-se os Indicadores do Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Imperatriz, em contraposição com municípios menos favorecidosno Maranhão, a exemplo do município de Fernando Falcão. O município é considerado o espaço onde devem ser efetivamente aplicadas as políticas públicas capazes de modificar as realidades representadas pelos indicadores, tendo em vista que o modelo estrutural do Estado brasileiro favorece a aplicabilidade dos programas sociais.

2REFERENCIAL TEÓRICO

Verifica-se a ideia de cuidados com as questões ambientais a partir da Primeira Conferência das Nações Unidas, realizada em 1972 na cidade de Estocolmo, na Suécia, fonte do conceito de ecodesenvolvimento, expressão que aos poucos vem sendo substituída por desenvolvimento sustentável, cujo primeiro aparecimento datade 1980, no documento denominado *World Conservatio Strategy*, IUCN. (SICHE et al. 2007).

2.1 Conceito de Desenvolvimento Regional Sustentável

Desenvolvimento regional sustentável tem sua origem diretamente ligada com o estudo realizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente das Nações Unidas, conhecido como Relatório Brundtland, cujo entendimento é de que sustentável é aquele desenvolvimento capaz da satisfazer as necessidades do momento presente, contudo, sem comprometer a sobrevivência das futuras gerações em condições favoráveis às suas necessidades. (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

Neste compasso, o desenvolvimento sustentável é um estado de constantes transformações, mudanças quanto ao acesso aos recursos e quanto à distribuição de custos e benefícios. Em suma, importa reforçar que desenvolvimento sustentável, portanto, nos termos assumidos pela Comissão é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, com vistas ao atendimento das necessidades humanas e suas aspirações. (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

A partir da idealização de denominada matriz territorial da sustentabilidade Guimarães (1998),propõe como um sistema publicado em documento pela CEPAL/ILPES, cuja concepção teórica procura aproximar os entendimentos conceituais de desenvolvimento territorial e de desenvolvimento sustentável.As políticas públicasem determinado território, resulta em desenvolvimento local e reflexos sobre as pessoas que ali vivem. Na trajetória do desenvolvimento sustentável não se pode mensurar o desenvolvimento apenas pelos índices econômicos que informam sobre o crescimento econômico, calando sobre a qualidade de vida da população, e outras dimensões do processo de desenvolvimento. (GUIMARÃES, 1998; GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

2.2 Os indicadores de desenvolvimento humano no Maranhão de 1980 a 2010

Tratar dos indicadores de desenvolvimento humano tem se tornado uma constante no meio acadêmico. Interesse que se configura a partir do quadro de pobreza e desigualdades sociais verificadas na década de 80, face ao contexto de estagnação econômica ocorrido no Brasil e no mundo.Tendo em vista à crescente integração econômica e política dos países, no contexto dos indicadores de desenvolvimento humano, resulta na elaboração de relatórios sociais supranacionais, conforme pode se observar desde 1977, pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); pelo Banco Mundial, anualmente, desde 1978; e pelo Programadas Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), anualmentedesde 1978. (SCHRADER, 2002; SANTAGADA, 2007).

A investigação a respeito dos indicadores sociais tem sido o papel dos organismos responsáveis por tais pesquisas, sejam eles governamentais ou não, sua busca é de aproximar esses índices com os princípios norteadores do surgimento dos mesmos, os quais objetivam instrumentalizar os planejamentos governamentais e superar as análises estritamente econômicas. Dessa forma, os índices mensuradores da qualidade de vida e do bem-estar social se tornaram preocupações de especialistas e também dos gestores públicos e dos governos. (SANTAGADA, 2007).

Acerca das tendências do Brasil no que diz respeito a um dos elementos que compõe o desenvolvimento humano e social, a educação, se apresenta como fator em evolução no espaço temporal considerado, de 1980 a 2010. Concernentes às taxas de alfabetização no território nacional,avanços significativos são documentados pelo Censo 2000, informa o IBGE (2004, p.33):

> Um dos indicadores que permite identificar o nível educacional de uma população consiste na taxa de alfabetização/analfabetismo. No caso brasileiro, a alfabetização vem sendo investigada pelos Censos Demográficos de forma padronizada desde 1950. Portanto, a tendência observada para as pessoas de 15 anos ou mais de idade foi a superação das proporções de alfabetizados sobre os analfabetos na década de 1950, e a partir daí o crescimento das pessoas alfabetizadas no País foi contínuo, alcançando 86,4% contra 13,6% de analfabetos em 2000.

Importa ressaltar que o contexto do desenvolvimento humano e social se compõe dos indicadores relacionados à população, habitação, saneamento e energia elétrica, educação, saúde, cultura, segurança pública, trabalho e rendimento, participação política, previdência e assistência social.Através da divulgação do perfil dos índices de desenvolvimento humano e social no Estado do Maranhão, pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) que disponibiliza para os

gestores públicos e para a sociedade elementos para a elaboração de possíveis políticas públicas, capazes de colaborar com a sustentabilidade do desenvolvimento maranhense.

No Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013define-se desenvolvimento humano, conforme difundido no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano Global do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, a partir das possibilidades que as pessoas possuem de escolherem aquilo que desejam ser, mediante processo de ampliação de suas escolhas e liberdades. Definição inspirada nos trabalhos do prêmio Nobelde Economia Amartya Sen, que reforça serem as pessoas a verdadeira "riqueza das nações".

Ratificado pelo pensamento de Sen, que entende o desenvolvimento sob uma perspectiva capaz de melhorar a vida das pessoas de determinada sociedade, fortalecendo suas liberdades individuais e coletivas. Concretizam-se as condições para esse viés do desenvolvimento com liberdade, nas políticas públicas idealizadas, inclusive a partir da participação dos atores sociais. Não deve ser, portanto, o desenvolvimento entendido apenas sob o viés restrito do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda, mas como um processo de expansão das liberdades reais. A expansão das liberdades humanasé o fim primordial e o principal meio para o desenvolvimento, que numa perspectiva constitutiva as envolve. (SEN, 2000, p. 52).

No contexto dos indicadores de desenvolvimento humano verificam-se os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), referentes ao Pacto internacional para eliminação da extrema pobreza firmado por 147 Chefes de Estado e de Governo e de 191 países (sendo 189 países-membro da ONU), em setembro de 2000, do qual o Brasil é signatário. O aludido pacto se estabeleceu com o fito de atingir até 2015, oito objetivos básicos: (i) erradicar a extrema pobreza e a fome; (ii) universalizar a educação primária; (iii) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; (iv) reduzir a mortalidade infantil; (v) melhorar a saúde das gestantes; (vi) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; (vii) garantir a sustentabilidade ambiental; e (viii) estabelecer parcerias para o desenvolvimento. (MARANHÃO, SEPLAN; IMESC, 2009).

No intuito de atingir os referidos objetivos, no Brasil foram estabelecidas certas metas e sistemas de monitoramento para o cumprimento das mesmas. A estrutura dos ODM facilitou o entendimento para que países com características socioeconômicas e culturas distintas pudessem adotá-los. O Estado do Maranhão com o intuito de colaborar com a melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano, com vistas a contribuir para os ODM, respeitadas as particularidades da realidade maranhense. (MARANHÃO, SEPLAN; IMESC, 2009).

Conforme informações do SEPLAN; IMESC (2009) para que o Maranhão cumprisse os propósitos concernentes aos ODM definiram-se metas concretas, mensuráveis e temporalmente delimitadas, além do estabelecimento de certos critérios para orientar e avaliar o progresso alcançado. Por sua vez, os municípios, através de seus gestores deverão realizar procedimentos capazes de incorporação dos ODM se torne mais efetiva e construtiva.

No que diz respeito aos indicadores de desenvolvimento humano no Maranhão, verifica-se que os 217 municípios se encontram divididos em 32 regiões de planejamento, contudo, para o cumprimento dos ODM, o que será favorecido pelos avanços dos indicadores sociais estaduais, depende em muito de ações municipais o que certamente corrobora para que os objetivos e metas sejam atingidos, de modo especial no contexto educacional e da saúde. Pontos que evidentemente podem ser melhorados a partir de políticas públicas que favoreçam além dos dois pontos frisados, na educação e

na saúde, mas também no que concerne a uma melhor distribuição da renda, sendo assim o composto do IDH-M, sendo os estudos e acompanhamentos do IMESC relevantes para o aludido indicador, bem como para a elaboração e controle dos ODM dos municípios maranhenses. (MARANHÃO, SEPLAN; IMESC, 2009).

Importa ressaltar que no decorrer da presente pesquisa acadêmica frisa-se alguns números representativos de indicadores coletados no Estado do Maranhão, precipuamente na década de 1990, considerando-se que na década de 1980, considerada como a "década perdida", já que os anos 80 foram marcados por profunda crise econômica no Brasil, o que se configura pelos indicadores econômicos do período, assim entende-se queessa característica de estagnação deixa de lado os avanços no que concerne o campo dos indicadores sociais, como pode se observar, inclusive em países como os Estados Unidos da América (EUA), nação pioneira e irradiadora do movimento de indicadores sociais, de modo latente o esquecimento dos indicadores pelos governos Reagan e Bush pai.

O desinteresse para com os indicadores sociais na década de 1980, reforçando a distância entre pobres e ricos de forma coletiva entre as nações e individualmente no contexto das sociedades. Abismo que pode ser observado no que o PNUD da ONU apresenta em seu "Relatório do Desenvolvimento Humano" (RDH) [divulgado desde a década de 1990, sob a premissa de que as pessoas é que são as verdadeiras riquezas das nações], onde informa como na década anterior ao RDH aumentaram as desigualdades entre os 20% mais ricos do mundo e os 20% mais pobres, que era de 30 para 1 até a década de 60, chega na década de 90 com uma média de 78 para 1 entre os afirmados três bilhões de pobres em 1994. (SANTAGADA, 2007).

2.2.1 O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

A partir da divulgação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pela ONU (desde 1990), pesquisadores brasileiros elaboraram estudos usando como referência a metodologia do IDH.Num primeiromomento, o enfoque espacial foram osestados da Federação, as regiõesbrasileiras, as regiões metropolitanase, recentemente, existe a preocupação de investigar os municípios.

Vale ser ressaltado, quanto ao Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), de acordo com informação PNUD Brasil, a partir de 2010 a metodologia do IDH foi modificada, sendo incorporadas novas metodologias para o seu cálculo, sendo apresentado na forma que hodiernamente se configura,tendo como pilares formadores do referido índice, a saber: a saúde, a educação, e a renda.

No que concerne ao IDH é o índice que lastreia como indicador-chave dos ODM em âmbito mundial e nacional, como já aludido, criado em 1990 para o RDH do PNUD, a partir da já frisada cuja utilização vem sendo realizada no Brasil pelos governos nas três esferas, inclusive como já aludido alhures a partir das administrações regionais a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). (PNUD, Brasil, 2013).

A perspectiva orientadora para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de Amartya Sen e Mahbub ul Haq, de que as pessoas são a autêntica riqueza dos países, entendimento frisado alhures, reforça a compreensão de que o desenvolvimento com liberdade permite a essas pessoas, na qualidade de ativos intangíveis das nações, cujas potencialidades se configuram como instrumentais, a partir justamente do aumento dessas liberdades percebe-se o aumento das capacidades das pessoas.

Importa ser reforçado o entendimento de Sen (2000) acerca de que o crescimento econômico tende a se intensificar a partir do direito das pessoas em usufruir das transações econômicas. Sendo o crescimento econômico capaz de contribuir não apenas com o aumento das rendas privadas, mas também a partir da ampliação dos serviços sociais, cuja promoção pode ser possível justamente, pelo dito avanço econômico.

O IDH na qualidade de indicador sintético, se apresenta como uma alternativa às avaliações possibilitadas pelo Produto Interno Bruto (PIB), cujas características são predominantemente econômicas de progresso nacional. Assim o IDH inova ao se apresentar como opção de indicador que objetiva referencial o nível de desenvolvimento humano de certa localidade avaliada.

Criar oportunidades sociais por meio da efetivação, por exemplo, da saúde e da educação poderá contribuir ativamente para o desenvolvimento econômico, o que tende a ser suplementarmente favorecimento pelo desenvolvimento humano oportunizado pelas liberdades e promoção dos serviços sociais. Ratifica-se a compreensão a partir do que alude Sen (2000, p. 57-58):

> Analogamente, a criação de oportunidades sociais por meio de serviços como educação pública, serviços de saúde e desenvolvimento de uma imprensa livre e ativa pode contribuir para o desenvolvimento econômico e para uma redução significativa das taxas de mortalidade. A redução das taxas de mortalidade, por sua vez, pode ajudar a reduzir as taxas de natalidade, reforçando a influência da educação básica – em especial da alfabetização e escolaridade das mulheres – sobre o comportamento das taxas de fecundidade.
> O exemplo pioneiro de intensificação do crescimento econômico por meio da oportunidade social, especialmente na área da educação básica, é obviamente o Japão. Às vezes se esquece que o Japão apresentava taxas de alfabetização mais elevadas do as da Europa mesmo na época da restauração Meiji em meados do século XIX, quando a industrialização ainda não ocorrera no país, mas já se instalara na Europa décadas antes. O desenvolvimento econômico do Japão foi claramente muito favorecido pelo desenvolvimento dos recursos humanos relacionado com as oportunidades sociais que foram geradas. O chamado milagre do Leste Asiático, envolvendo outros países dessa região, baseou-se, em grande medida, em relações causais semelhantes.

Explica-se que as medidas do IDH se expressam variando entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo), cuja composição aludida alhures, engloba indicadores de saúde, educação e renda, assumindo dessa forma, que as pessoas precisam viver saudáveis por maior espaço cronológico, sendo-lhes garantido o acesso ao conhecimento e a oportunidade de um padrão de vida digno. (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano no Estado do Maranhão (1991;2000; e 2010)

Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM do Estado do Maranhão				
Ano	**IDHM**	**IDHM Renda**	**IDHM Longevidade**	**IDHM Educação**
1991	0,357	0,478	0,551	0,173
2000	0,476	0,531	0,649	0,312
2010	0,639	0,612	0,757	0,520

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (com dados dos Censos 1991, 2000 e 2010)

No Ranking do IDHM o Estado do Maranhão ocupa a última posição entre as Unidades Federativas do Brasil, assim como o 27º colocado hodiernamente verifica-se

conforme dados Atlas do desenvolvimento 2013, sendo a referida colocação gerada a partir de informações coletadas dos Censos 1991, 2000, e 2010. Os valores específicos apresentados para o Estado maranhense o IDHM em 1991 era de 0,357 o qual composto pelos IDHM renda de 0,478; IDHM longevidade de 0,551 e IDHM educação de 0,173. No ano de 2000, os mesmos indicadores para o Maranhão que naquele momento ocupava a penúltima posição no ranking do IDHM entre as Unidades da Federação brasileira, eram: IDHM 2000 de 0,476; IDHM renda de 0,574; IDHM longevidade de 0,649; IDHM educação de 0,312. No ano de 2010 o Maranhão apresenta IDHM 2010 de 0,639; IDHM renda de 0,612; IDHM longevidade de 0,757 e IDHM educação de 0,520. (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

De acordo com o IBGE (2010) o Maranhão tem a menor renda média domiciliar per capita do Brasil entre os estados brasileiros, o valor não chega a RS 400,00 (quatrocentos reais), perfaz o total de $348,72 (trezentos e quarenta e oito reais e setenta e dois centavos), o que reforça o posicionamento do Estado sempre entre os últimos lugares nas estatísticas do IDHM e outros indicadores normalmente apresentados a partir das pesquisas realizadas até então, seja no período que antecede 2010 ou mesmo depois desta data conforme expressam os organismos responsáveis pelas informações estatísticas e de planejamento, como o IBGE e o IMESC.

Contrapondo o IDHdo Maranhão com outras Unidades Federativas do Brasil (BR) e do Nordeste (NE), com recorte para o IDHM de algumas das capitais nordestinas. Conforme dados da Tabela 2, que segue.

Tabela 2 – IDH de São Luís de 1991 a 2010 - comparação com as demais capitais do NE

Capitais NE	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010	Posiç.BR 2010	Posiç.NE 2010
Recife	0,576	0,660	0,772	13ª	1ª
Aracajú	0,545	0,648	0,770	14ª	2ª
São Luís	0,562	0,658	0,768	15ª	3ª
João Pessoa	0,551	0,644	0,763	16ª	4ª
Natal	0,572	0,664	0,763	17ª	5ª
Salvador	0,563	0,654	0,759	18ª	6ª
Fortaleza	0,546	0,652	0,754	19ª	7ª
Teresina	0,509	0,620	0,751	21ª	8ª
Maceió	0,507	0,584	0,721	27ª	9ª

Fonte: Adaptada IBGE Cidades 2010.Atlas desenvolvimento, PNUD 2010.

Verifica-se que o município de São Luís, embora classificado entre os considerados de IDHM alto no Estado do Maranhão, quando se observa o contexto nacional a realidade é outra, já que o Estado nas avaliações de 1991 ocupou a 27ª posição, em 2000 e 2010 ficou na 26ª. Assim, a capitalmaranhense, por sua vez, entre as capitais brasileiras fica na 15ª posição nacional, com IDHM de 0,768; de outra forma, na Região Nordeste a capital ludovicense ocupa a 3ª posição, atrás apenas do IDHM de Recife-PE (0,772) e Aracajú-SE (0,770); supera o IDHM de João Pessoa-PB (0,763) e até das metrópoles Salvador-BA (0,759) e Fortaleza-CE (0,754), por exemplo.

Evidencia-se que entre as nove capitais nordestinas a capital alagoana, se apresenta como a última em IDHM, bem como no contexto comparativo das Unidades Federativas nacionais o Estado de Alagoas também fica em último lugar, ou seja, na 27ª posição brasileira, sendo o Maranhão, conforme já afirmado, ocupante da penúltima posição. Ainda que a capital São Luís esteja na 15ª posição quando se faz referência às capitais brasileiras. Como se demonstra nas Tabelas 1 e 2 supra deste trabalho de pesquisa.

2.2.2 O Produto Interno Bruto (PIB) per capita no Estado do Maranhão

O Produto Interno Bruto per capita como indicador de desenvolvimento regional sustentável,normalmente costuma ser observado como uma informação associada à pressão exercida pela produção sobre o meio ambiente, no que concerne ao consumo de recursos não-renováveis e as possibilidades de contaminação resultantes daquilo que a região industrialmente produz. Sendo o referido indicador utilizado para mensurar a renda média da população em um país ou um território, e como se encontra em determinado momento o ritmo do crescimento econômico regional. Como indicador sintético pode se utilizado para expressar odesenvolvimento econômico, contudo, sendo insuficiente para demonstrar o grau de bem-estar e felicidade da população.

Para o cálculo do PIB per capita utiliza-se a divisão do PIB pelo número de habitantes de determinada região. O PIB per capita como indicador de desenvolvimento e de qualidade de vida, entendendo-se que os indivíduos no âmbito da sociedade se beneficiam do aumento de produção agregada do país ou do espaço territorial analisado. Não se configura o PIB per capita como uma medida de renda pessoal, todavia, o PIB pode sofrer alterações enquanto a maior parte dos cidadãos de determinado país ficam mais pobres, tendo em vista que o PIB não considera as diferenças de renda de uma sociedade.

No Estado do Maranhão no ano de 2001 o Produto Interno Bruto per capita era de R$ 1.796, considerando-se para isso o PIB total de R$ 10.293.000 para uma população de 5.732.679 naquele momento. Vale se observar a Tabela 3 com informações sobre o Produto Interno Bruto total e per capita do Nordeste e cada uma de suas Unidades Federativas.

Tabela 3– Nordeste e UF - Produto Interno Bruto (PIB): total e per capita em 2001

Região/Unidade Federativa	População residente	PIB total (1.000.000 R$)	PIB per capita (R$)
Nordeste	**48.332.163**	**157.302**	**3.255**
Maranhão	5.732.679	10.293	1796
Piauí	2.872.680	5.575	1.941
Ceará	7.550.461	21.581	2.858
Rio Grande do Norte	2.817.452	9.834	3.490
Paraíba	3.471.152	10.272	2.959
Pernambuco	8.007.347	31.725	3.962
Alagoas	2.857.358	7.569	2.649
Sergipe	1.817.419	8.204	4.514
Bahia	13.205.615	52.249	3.957

Fonte: Adaptada de Contas regionais do Brasil 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

Fazendo um comparativo do indicador em comento no Maranhão em relação aos demais estados do Nordeste brasileiro, percebe-se que o indicador é menor para o referido Estado maranhense, aqui sendo tomado o ano de 2001 como amostra do período entre 1980 a 2010, onde se observa que os indicadores se apresentam desfavoráveis ao Estado do Maranhão. Ratifica-se a partir da observação destacada o desafio de construir os indicadores para o desenvolvimento sustentável do Maranhão, colaborando para outro desafio maior de aspiração nacional, a melhoria dos indicadores de desenvolvimento do Brasil.

2.3 Políticas públicas de educação como fator para o desenvolvimento regional de 1990 a 2010 no Maranhão

No Brasil observou-se por um lado grande avanço tecnológico, em contraposição, por outro lado, verificou-se um lento processo de expansão educacional, o que resultou em aumento da escassez relativa de mão-de-obra qualificada, e no aumento do valor de mercado da educação. O sistema educacional brasileiro nas ultimas décadas, manteve-se relativamente aprisionado num patamar intermediário no que diz respeito ao nível de escolaridade da população, o que revela um nível de desigualdade educacional produzindo escassez de trabalhadores qualificados e elevação no valor da educação. Por conta dessa estratégia de desenvolvimento equivocada, a desigualdade de renda só aumenta, reforçando a tendência histórica dadistância entre pobres e ricos no país.

Para solução do referido equívoco estratégico no contexto educacional requer uma aceleração sem precedentes no ritmo deexpansão do sistema educacional brasileiro por meio de políticas públicas voltadas para o setor, precipuamente em algumas Unidades Federativas, como é o caso do Estado do Maranhão, um dos estados brasileiros com os piores indicadores de desenvolvimento humano (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2002).

2.3.1 Conceito de Políticas Públicas

Para conceituar políticas públicas é importante partir do entendimento segregado das palavras que compõem a expressão. Sendo assim, política deriva da palavra grega *politkó,* cujo sentido exprime as possibilidades das pessoas participarem de forma livre nas tomadas de decisões para decidir os rumos da cidade, a *pólis.* A palavra pública tem origem latina da palavra *publica* e quer dizer, povo, do povo. Neste compasso, interessa-se informar que a expressão Políticas Públicas, etimologicamente, faz referência à participação do povo nas decisões acerca da cidade e do território. As políticas públicas com o tempo ganham características diversas de acordo com o tempo e do espaço geográfico, sendo que podem as políticas públicas ocorrer de forma direta ou indireta, ou seja, por representação. (OLIVEIRA, 2010).

As políticas públicas refletem como ações do Estado em prol do atendimento das necessidades da sociedade quanto aos serviços públicos que devem ser colocados à disposição dos cidadãos. Configuram-se ainda, as políticas públicas em conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado direta ou indiretamente, com o fito de melhorar as condições sociais dos estados. Tais programas efetivados, envolvendo a participação de entes públicos ou privados, com vistas a assegurar determinado direito de cidadania, como é o caso da educação, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. (OLIVEIRA, 2010).

2.3.2 As políticas públicas de educação e a expansão educacional no Maranhão

Para efeitos do planejamento e melhorias nas possibilidades da implementação de políticas públicas de modo mais efetivo, o Estado do Maranhão foi divido em 32 regiões de planejamento, conforme disposições da Lei Complementar estadual nº 108 de

21 de novembro de 2007. A Comissão Técnica de Implantação oficial das ditas Regiões de Planejamento ocorreu sob a coordenação do IMESC, sendo que através do que afirma o Instituto, com essa atual regionalização, cuja segregação foi orientada através das características ambientais, vocações produtivas e o dinamismo das regiões, além das relações socioeconômicas e culturais, regionalização político-administrativa e malha diária da região. (SEPLAN; IMESC, 2009).

A regionalização do estado do Maranhão nos moldes atuais possui como efeito a desconcentração da estrutura administrativa, possibilita que seja efetivada a implementação do planejamento de forma descentralizada. Cujo objetivo é odesenvolvimento sustentável das regiões, por meio do fortalecimento dos municípios e da parceria com a sociedade civil organizada. Podem as políticas públicas, assim, serem efetivadas, numa nova relação entre o Estado e seus espaços regionais localizados na totalidade de seu Território. Sendo elas voltadas para a valorização do potencialdas regiões, para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população maranhense. (IMESC, 2009b).

No que concerne às possíveis políticas públicas do Estado do Maranhão no campo da educação básica, importa ressaltar o que se verifica a título de ilustração aoimplemento de políticas educacionais, no Plano Estadual de Educação do Maranhão 2013, onde pode se observar a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, lançado no ano de 2007, indicador educacional utilizado para relacionar positivamenteas informações de rendimento escolar, no que concerne a aprovação e desempenho ou seja, as proficiências em exames padronizados, como a Prova Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Tabela 4 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB Maranhão – anos iniciais

IDEBTotal	**IDEB observado**				**Metas projetadas**			
	2005	**2007**	**2009**	**2011**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**
Brasil	3,8	4,2*	4,6*	5,0*	3,9	4,2	4,6	4,9
Nordeste	2,9	3,5*	3,8*	4,2*	3,0	3,3	3,7	4,0
Maranhão	2,9	3,7*	3,9*	4,1*	2,9	3,3	3,7	4,0

LEGENDA: * Metas alcançadas Fonte: adaptada de INEP/MEC (2013)

Tabela 5 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB Maranhão – anos finais

IDEB Total	**IDEB observado**				**Metas projetadas**			
	2005	**2007**	**2009**	**2011**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**
Brasil	3,5	3,8*	4,0*	4,1*	3,5	4,2	4,6	4,9
Nordeste	2,9	3,1*	3,4*	3,5*	3,0	3,3	3,7	4,0
Maranhão	3,0	3,0*	3,6*	3,6*	2,9	3,3	3,7	4,0

LEGENDA: * Metas alcançadas Fonte: adaptada de INEP/MEC (2013)

Tabela 6 – IDEB do Ensino Médio no Estado do Maranhão

IDEB Total	**IDEB observado**				**Metas projetadas**			
	2005	**2007**	**2009**	**2011**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**
Brasil	3,4	3,5*	3,6*	3,7*	3,4	3,5	3,7	3,9
Nordeste	3,0	3,1*	3,3*	3,3*	3,0	3,1	3,3	3,6
Maranhão	2,7	3,0*	3,2*	3,1*	2,8	2,9	3,0	3,3

LEGENDA: * Metas alcançadas Fonte: adaptada de INEP/MEC (2013)

O que se observa a partir de uma análise das metas concernentes ao IDEB evidencia-se que o Maranhão, por meio dos esforços da totalidade de suas redes de

ensino, tem conseguido atingir os patamares estabelecidos pelo MEC, como foi especificado nas tabelas apresentadas anteriormente.

Cumprir com a missão pertinente ao sistema educacional de qualidade,em que os alunos são matriculados nas séries correspondentes às faixas etárias adequadas, e seguem frequentando as salas de aula até concluir cada período letivo ou ano escolar. Um sistema educacional capaz de motivar o aluno na construção do seu conhecimento; leva-lo assim ao aprendizado, e concluir a etapa da educação básica, é característica de um sistema eficaz de ensino.

Desafio para o Brasil e de modo especial para Unidades Federativas como o Maranhão, onde se verificam índices alarmantes no contexto do desenvolvimento humano, e no que diz respeito ao analfabetismo, neste Estado Nordestino o índice em 1980 era de 49,7% (quarenta e nove inteiros e setenta centésimos por cento), evoluindo para 41,4% (quarenta e um inteiros e quarenta centésimos por cento) em 1990. Em 2000 a diferença foi significativa, reduzindo-se o analfabetismo para 28,4% (vinte e oito inteiros e quarenta centésimos por cento), havendo nova queda em 2010 para 19,31% (dezenove inteiros e trinta e um centésimos por cento), conforme informação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE(IBGE, Censo de 2010, 2010).

No contexto da Educação Básica estão compreendidas a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, sendo que sua duração ideal deveser de até dezoito anos contados a partir da educação infantil. De acordo com o disposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB n. 9394/96, artigo 22, a educação básica deve cumprir com as suas finalidades de desenvolver o educando, para tanto, deverá assegurar-lheformação comum indispensável para o exercício da cidadania. A educação deverá fornecer ao educando os meios para que ele possa progredir no trabalho e em seus estudos posteriores. (BRASIL, 1996).

Com fundamentos diversos, as regiões norte e nordeste concentram os piores indicadores educacionais do país, sendo que no Estado do Maranhão como já afirmado alhures, nesse contexto concentra-se déficits educacionais que requerem o devido enfrentamento pelo Estado e demais atores sociais responsáveis pela elevação da qualidade educacional. O que contribuirá para a melhoria nos índices relativos a alfabetização, inclusive do ponto de vista funcional, pois inserção no mercado de trabalho competitivo demanda habilidades intelectuais dependentes de um sistema educacional de qualidade, com ensino prolongado e eficaz. (PNAD-IBGE, ids de 2002).

2.4 O direito à educação e os índices de desenvolvimento humano no Maranhão antes e depois de 1988.

Na vigente Carta Política brasileira a modernização acerca dos direitos humanos fundamentais é latente, pois já em sua abertura apresenta título acerca dos princípios fundamentais. Desse modo se ver objetivado na chamada “Constituição Cidadã” fundamentalmente o empenho na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, garantindo o desenvolvimento nacional, erradicando a pobreza e a marginalização. (BRASIL, CF de 1988).

A Constituição Federal de 1988 (CF) orienta que sejam respeitados o princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos sociais, e que isso se faça a partir da redução das desigualdades sociais e regionais e do primado dos fundamentos basilares do Estado Democrático de Direito instaurado no Brasil a partir da Assembléia Nacional Constituinte responsável por sua promulgação em 05 de outubro de 1988.

A partir do amparo da Constituição Federal de 1988 e do Planejamento após o advento da vigente Carta Magna de 1988 inicia-se no Brasil e também no Maranhão, um novo ciclo começa com a CF de 1988 para as atividades deplanejamento e orçamento, através de processointegrado da alocação de recursos, que conforme determinações constitucionais,devem por meio dos instrumentos deplanejamento orçamentário, serem implementadosoPlano Plurianual – PPA; a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a LeiOrçamentária Anual – LOA,que abrem as portas para readequações nos sistemas vigentes anteriormente.

O Estado ao atender o declarado nos dispositivos constitucionais sobre o direito fundamental da educação permite o efetivo cumprimento do preconizado pelo artigo 1º da Carta Magna, no que concerne a dignidade da pessoa humana, bem como no que diz respeito ao preparo para o exercício da cidadania. Pois a partir da educação formal, dever do Estado, conforme disposto pelos artigos de 205 a 214 da CF poderá o indivíduo se posicionar com mais propriedade frente às situações sociais.

A adoção do modelo de Estado social, o objeto por excelência dos direitos sociais deve ser a implementação de políticas públicas concernentes à realização das finalidades coletivas dos aludidos mandamentos fundamentais e sociais. No Estado social de direito a atividade estatal não deve ser limitada a produzir leis e normas gerais de direito (nesse caso seria papel de um Estado de direito liberal), menos ainda limitar-se à garantir a participação popular no processo de tomada de decisões (caso em que se reporta ao modelo de Estado democrático de direito, porém desprovido da faceta social), pois constitui-se como eixo orientador da atividade estatal as políticas públicas, que além de reorganizar os poderes do estado em torno da função planejadora, cuida para que sejam concretizados e instituídos sistemas públicos de educação, saúde e outros exemplos do ponto de vista social. (DUARTE, 2007).

2.5 O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH da Educação no Maranhão e no município de Imperatriz

Conforme informações do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil cresceu 47,5% entre 1991 e 2010. De acordo com a publicação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), a cidade com o IDHM mais elevado é São Caetano (SP), sendo que os municípios que tiveram maior evolução no quesito “renda” são das regiões Norte e Nordeste.

O IDHM de Imperatriz se aproxima dos índices das capitais das regiões Norte e Nordeste (entre as cidades do Nordeste apenas Paulista, cidade da região metropolitana do Recife que tem praticamente o mesmo IDHM de Imperatriz), nos termos expressos pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Paulista com IDHM de 0,732 e Imperatriz com IDHM de 0,731. (PNUD Brasil, 2013).

De acordo com a pesquisa realizada pelo PNUD, o IPEA e a FJP (2013), a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 os indicadores de desenvolvimento humano no município de Imperatriz tem demonstrado evolução positiva, como pode se verificar, o IDHM educação da cidade do Estado do Maranhão é de 0,698, assim, sendo classificado na faixa de 0,600 a 0,699 (faixa média). Se por um lado o IDHM educação de Imperatriz se classifica como médio, conforme dados dos Censos 1991, 2000 e 2010, o mesmo indicador concernente ao Estado do Maranhão segue entre os mais baixos da Federação brasileira, como já citado alhures.

Ressalta-se IDHM educação do Maranhão 2010 foi registrado em 0,562, portanto, ainda na faixa dos mais baixos do país. Da mesma maneira nos anos 2000 e 1991 o IDHM educação se apresenta como um dos menores no contexto das Unidades Federativas brasileiras, ainda que tenha apresentado evolução nas últimas décadas.

Ao observar-se os indicadores de desenvolvimento humano do Maranhão, constata-se que entre seus 217 municípios existem 4 (quatro) unidades municipais com índices classificados como muito abaixo quanto ao IDHM, são eles: Satubinha com IDHM de 0,493; Jenipapo dos Vieiras IDHM de 0,490; Marajá do Sena com IDHM de 0,452 e em último lugar Fernando Falcão com IDHM de 0,443. Percebe-se na evolução do IDHM uma mudança de posições entre as quatro unidades municipais com os mais baixos indicadores sociais que compõem o IDHM no Estado, todavia, sem grandes expressões de melhorias no indicador de desenvolvimento humano em comento. Apresenta-se na tabela a seguir os números do IDHM dos aludidos municípios maranhenses de 1991 a 2010. (IBGE, PNUD, Brasil, 2013).

Tabela 7–Municípios com indicadores mais baixos no Maranhão - IDHM 1991 a 2010

Município	IDHM - 1991	IDHM - 2000	IDHM - 2010
Satubinha	0,191	0,319	0,493
Jenipapo dos Vieiras	0,170	0,335	0,490
Marajá do Sena	0,166	0,309	0,452
Fernando Falcão	0,155	0,261	0,443

Fonte:IBGE, IMEC e FJP (2013)

Numa comparação com o município de Imperatriz pode ser observada grande distinção entre o IDHM dos referidos municípios, pois como já foi dito, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Imperatriz foi de 0,731, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,233), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,206), seguida por Longevidade e por Renda. (PNUD, IPEA, FJP, 2013).

Tabela 8 – IDHM de 1991 a 2010 – indicadores de Imperatriz - MA

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Imperatriz - MA			
IDHM e componentes	**1991**	**2000**	**2010**
IDHM Educação	0,259	0,465	0,698
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	27,52	39,36	61,72
% de 5 a 6 anos na escola	54,97	93,20	97,30
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	24,72	61,16	89,32
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	13,29	30,45	62,18
% de 18 a 20 anos com médio completo	7,31	17,04	48,07
IDHM Longevidade	0,593	0,712	0,803
Esperança de vida ao nascer	60,57	67,74	73,17
IDHM Renda	0,570	0,623	0,697
Renda per capita	278,01	386,04	613,87

Fonte:IBGE, IMEC e FJP (2013)

Ficou evidenciado que entre os indicadores do IDHM de Imperatriz, o que mais cresceu entre 1991 e 2000, foi a dimensão educação, em termos absolutos, apresentando crescimento de 0,206, seguida pelas dimensões, longevidade e renda. As informações

constatadas entre 2000e 2010 conforme o Censo do IBGE o IDHM de Imperatriz variou de 0,591 em 2000 para 0,731 em 2010, dessa forma, com uma taxa de crescimento de 23,69%.

Concernente a distinção entre o IDHM entre 1991 e 2010 ficou evidente que o município de Imperatriz teve um incremento de 64,64% nas duas décadas, ultrapassou a média de crescimento nacional (47%) e abaixo da média de crescimento estadual que foi de 78%. Existindo um interregno de desenvolvimento humano entre o IDHM do município e limite máximo do índice, que é 1, reduziu-se em 51,62% no período de 1991e 2010. (PNUD, IBGE, FJP,2013).

O hiato entre o IDHM de Imperatriz no que concerne ao desenvolvimento humano e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 34,23% no período de 2000 a 2010. Por outro lado, de 1991 para 2000 com crescimento de 33,11%, já que o IDHM de Imperatriz teve variação de 0,444 em 1991 para 0,591 em 2000.

2.6 A concentração de renda e a promoção do direito á educação como fator dedesenvolvimento regional sustentável no Estado do Maranhão.

Através da promoção do direito à educação, pode se verificar os impactos da expansão educacional na concentração da renda e no crescimento econômico, o que preconiza consequente desenvolvimento sustentável nas regiões em que corretamente se observa o respeito ao referido direito social.

O que observa ratificado pelo pensamento de Sen (2000) acerca das oportunidades sociais como condicionantes para atingir o desenvolvimento de forma sustentável, já que na concepção do Nobel de economia de 1998, tais oportunidades, constituem-se a partir das condições de saúde, educação, moradia, saneamento e outros que proporcionam qualidade de vida para as pessoas, cuja concretização se dá através de políticas públicas capazes de sanar suas necessidades individuais e coletivas.

No que concerne ao quesito renda no Estado do Maranhão, com base no Censo IBGE 2010, o estado maranhense é o que apresenta pior renda familiar, ainda que sejam observados alguns avanços, os quais sob a influência de fatores como, por exemplo, a participação de cerca de 30% da população com menos de 15 anos nos rendimentos das famílias. O Estado apresenta no momento perspectivas positivas no contexto da renda, podendo inclusive modificar os índices apresentados pelo IBGE, num curo e médio prazo, considerando-se os investimentos públicos e privados em obras espalhadas por todo o Estado, contribuindo para a valorização da mão de obra local. (ALVES, 2011).

Verifica-se no indicador da renda componente do IDHM no Maranhão, uma evolução cujos números são apresentados no Atlas do Desenvolvimento Humano de 2013, sendo o IDHM-Renda: de 1991 era igual a 0,478;de 2000 ficou em 0,531 e o de 2010 chegou a 0,612. Constatando-se melhoras nesta dimensão, assim como as outras duas, Educação e Longevidade, componentes do IDHM do Estado maranhense, ainda que as desigualdades permaneçam vigentes.

3 MÉTODO

Através da metodologia de pesquisa exploratória, a partir da abordagem qualitativa, ainda que com certos aspectos expressos numericamente no contexto dos indicadores de desenvolvimento humano foco orientador do presente trabalho, a

vertente quantitativaembora utilizada, ocorreu de forma limitada, sendo mais evidente a perspectiva qualitativa dos assuntos discorridos no texto do presente artigo científico.

Destarte pode se afirmar em alguns pontos que houve uma abordagem quali-quantitativa, sendo prevalecente a perspectiva qualitativa. A pesquisa mesmo com nuances quantitativa, do ponto de vista da pesquisa moderna, pode ser entendida como qualitativa, mesmo que precisas sejam as medidas, estando presente o aspecto qualitativo também naquelas informações coletadas por estudos eminentemente quantitativos. Entretanto, neste artigo predomina o aspecto qualitativo, tanto por opção de método, quanto, por se entender uma forma adequada para o entendimento dos fenômenos sociais pesquisados. (RICHARDSON, 2014).

Com delineamento bibliográfico-exploratório, apresente pesquisa se efetivou a partir do processo de verificação documental de dados em bases e institutos oficiais como o IBGE, IPEA, IMESC, entre outras, acerca dos indicadores de desenvolvimento humano como fatores que influenciam no desenvolvimento regional sustentável do Estado do Maranhão no período de 1980 a 2010.

Reforça-se a escolha da pesquisa qualitativa e a importância de sua utilização para o estudo das relações e fenômenos sociais, devido a pluralização das esferas e formas de vida. Ainda ressalta-se que em sede de ciência social carece-se de familiaridade com o que de fato ocorre na esfera de vida proposta para o estudo (FLICK, 2009).

Ratifica-se que o procedimento para coleta dos dados efetivou-se por meio de verificação documental de dados em bases e institutos oficiais, como IBGE, PNUD, IPEA, IMESC, SEPLAN, nos quais foram acessadas as informações a respeito dos dados quanto ao contexto dos indicadores sociais que embasam a ideia de desenvolvimento sustentável a partir do direito à educação, observadas as realidades nacionais e regionais em contraposição com o espaço geográfico estadual maranhense, com suporte nos censos de 1991, 2000 e 2010.

4RESULTADOS E DISCUSSÃO

O material ora apresentado, foi adquirido, por meio da busca de dados através de buscas em sites de organismos oficiais,por meio dos quais se efetivou pesquisa com fundamentos bibliográficos e exploratórios, de bases de dados oficiais, bem como em textos científicos referenciados de bases como a *Scielo* entre outras, com o intuito de conhecer acerca dos assuntos planejados para o estudo.

Reconhecer que o direito à educação como um direito fundamental de caráter social, implica para a estrutura estatal a expressa prestação desse direito social no Brasil, que além de tudo se apresenta como Estado democrático, nos termos explícitos pelo próprio texto preambular da Carta Magna brasileira, destinado a assegurar e garantir o exercício dos direitos sociais e individuais de seus cidadãos. O Estado brasileiro,sob os princípios de um Estado social e democrático de direito no texto constitucional, demanda a concretização desse modelo,tanto individualmente, como também coletiva e socialmente, no que concerne aos direitos da dimensão social como a educação, a saúde, e o trabalho, entre outros.

Observando-se os indicadores de desenvolvimento humano do Estado do Maranhão, constatou-se que entre seus 217 municípios existem 4 dos mesmos com índices classificados como muito abaixo quanto ao IDHM, a saber: Satubinha, Jenipapo dos Vieiras, Marajá do Sena,sendo que em último lugar se encontra o município de Fernando Falcão com o menor IDHM do Maranhão, conforme já explicitado na Tabela

n. 6. Imperatriz município de 247.505 habitantes (IBGE, Censo de 2010), localizado às margens do Rio Tocantins, na mesorregião localizada a oeste do Estado do Maranhão, denominada pela classificação de planejamento (IMESC), como Região do Tocantins, por outro lado, se encontra entre os quatro municípios classificados com IDHM alto. Classificado o município de Imperatriz na segunda posição no Maranhão quanto ao IDHM, ficando atrás apenas da capital, São Luís. Conforme dados expressos nasTabelas7 e 8.

Ressalta-se, que no caso de São Luís, embora o município esteja entre os considerados de IDHM alto no Estado do Maranhão, no contexto nacional, já que o Estado nas avaliações de 1991 ocupou a 27ª posição, em 2000 e 2010 ficou na 26ª;a capital maranhense, por sua vez, entre as capitais brasileiras fica na 15ª posição nacional. De outra forma, na Região Nordeste a capital ludovicense ocupa a 3ª posição, atrás apenas do IDHM de Recife-PE e Aracajú-SE. Assim, São Luís-MAsupera, por exemplo, o IDHM de João Pessoa-PB e até das metrópoles Salvador-BA e Fortaleza-CE.O Maranhão, todavia, possui o menor PIB per capita do Nordeste. Realidade que pode ser constatada na Tabela 1, 2 e 3.

Entre as nove capitais nordestinas a capital de Alagoas ocupa a última em IDHM. Da mesma forma, no contexto nacional das Unidades Federativas, o Estado de Alagoas fica também no último lugar, ocupando a 27ª posição brasileira. O Maranhão conforme já afirmado é ocupante da penúltima posição nacional. Contudo, a capital São Luís ocupa a 15ª posição quando se faz referência às capitais brasileiras conforme aludido no parágrafo anterior, ratificado pelos dados das Tabelas 1 e 2 supra deste trabalho de pesquisa.

Entre os indicadores relevantes para a qualidade educacional brasileira destaca-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Verifica-se que no confronto com dados de outros estados brasileiros, observa-se no Maranhão a necessária implementação, cada vez mais de medidas que envolvam as esferas do setor público, bem como a presença ativa dos atores sociais da esfera privada, imbuídos deste empenho para elevação gradativa da qualidade da educação maranhense. Hodiernamente, mesmo com algumas ações por melhores condições na educação do Maranhão, há muito a fazer para que o déficit educacional no Estado seja vencido, o que contribuirá para melhoria nos indicadores de desenvolvimento humano. Conforme informações das Tabelas 4, 5 e 6 deste trabalho de pesquisa.

As políticas públicas de educação e a expansão educacional em si se configuram como fundamento que embasa o desenvolvimento sustentável nos espaços geográficos. O que não seria diferente no contexto nacional e regionalmente no que se refere ao Estado do Maranhão. Acelerando-se a expansão educacional são evidentes os impactos que influenciam e ultrapassam as dimensões referentes à igualdade e o crescimento econômico, ampliação imperativa universal para garantia da cidadania. (BARROS; HENRIQUES; e MENDONÇA, 2002, p. 1).

No que concerne ao social e a evolução da democracia brasileira, o período pós-1988 tem fomentado e consolidado novas formas de participação popular, tanto na formulação, quanto no controle das políticas públicas. As novidades nacionais das conferências nacionais e os conselhos de participação, antes utilizados somente nas políticas de saúde e educação, sendo ampliadas posteriormente para outras áreas das políticas públicas brasileiras. Em levantamento realizado pelo Ipea/Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), em 2007, na esfera federal, o número era de 40 conselhos com a participação da sociedade civil. São inovações como a participação popular, que no ambiente a sociedade nacional,convive com regras que impõem transparência à gestão pública, a partir das possibilidades de orçamentos participativos,

consultas públicas para a formulação de novas leis, leis de iniciativa popular e outras práticas que, antes de 1988, não existiam ou se haviam eram fragilizadas (IPEA, 2010).

No município de Imperatriz, são observadas evidências de maior desenvolvimento regional diante dos demais do Estado, ficando atrás apenas da capital, São Luís. A despeito das tendências do Maranhão em avançar no IDHM, existem grandes necessidades de melhorias na maior parte de seus 217, quanto aos indicadores componentes do referido IDHM, a partir de efetivas políticas públicas no contexto do direito à educação como fator de desenvolvimento regional.

Os estudos realizados por organismos e institutos como o PNUD, IPEA, FJP, IMESC, e outros, sem distinção apontam as deficiências do Estado maranhense no cumprimento das metas e ODM. Antes ainda, e corroborando com os ODM, apontam deficiências no cumprimento dos objetivos explícitos nas disposições da Constituição Federal de 1988, em especial nos seus artigos 3º, bem como às garantias de direitos sociais previstas pelo artigo 6º, precipuamente a concernente ao direito à educação, cujo papel cumprido resulta em consequências favoráveis aos indicadores sociais e desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade nas diversas regiões brasileiras.

As deficiências no contexto das políticas públicas concernentes às dimensões formadoras do IDHM são evidentes nos números apresentados nas fontes oficiais pesquisadas. Assim também, são evidentes as necessidades de políticas públicas mais eficazes com vistas a reduzir as distâncias entre a Unidade Federativa maranhense e aquelas em melhores posições em seus indicadores de desenvolvimento humano no contexto nacional. Nos resultados apresentados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano 2013, mais uma vez o Estado do Maranhão ocupa as últimas posições, apresentando no Brasil indicadores precários na maioria de seus municípios, evidencia-se que fica no Estado localizado o município com os piores indicadores, assim com o menor IDHM, que é Fernando Falcão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de estudo dos indicadores de desenvolvimento humano ficou evidente durante a realização da pesquisa, tendo em vista as várias formas de mensuração no decorrer dos anos. Neste sentido reforça-se que até a década de 80 a busca pelo conhecimento do desenvolvimento humano se realizava a partir do PIB per capita, o que vai se modificando após a década de 1990. Primeira vez que se utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em contraposição ao PIB per capita, como indicador sintético capaz de apresentar outras dimensões além daquela econômica oferecida pelo indicador anterior.

O desenvolvimento sustentável vem se configurando como um anseio das regiões, o que pode se expressar por meio dos Indicadores de Desenvolvimento refletidos em situações específicas de cada país. No Brasil o desafio quanto aos indicadores é latente, seja pelas dimensões continentais do espaço geográfico brasileiro, seja pelas disparidades encontradas no contexto do desenvolvimento humano nas várias localidades dotadas de necessidades com nuances que ao mesmo tempo se aproximam e se distanciam, por conta da diversidade nacional em diversos aspectos.

Contudo, norteado pelas propostas das perspectivas ambientais, encontra-se possibilidades de se desenvolver os espaços geográficos brasileiros a partir das próprias peculiaridades, e responde aos problemas e oportunidades de cada região. Construir indicadores capazes de caracterizar e subsidiar o processo de desenvolvimento sustentável em nível nacional impõe a implementação de políticas públicas, precipuamente no que concerne à educação em cada uma das 27 Unidades Federativas e

seus municípios e, acresce-se a exigência de expressar as dimensões da diversidade característica do País.Com recorte de estudo focado no Estado do Maranhão e seus indicadores sociais de desenvolvimento ficou evidente as disparidades frente a outras realidades nacionais que apresentam números melhores no contexto do IDHM.

REFERÊNCIAS

ALVES,R.M.S. **Censo 2010 aponta contrastes nos indicadores sociais do Maranhão.** Imperatriz noticias. 2011. Disponível em: <http://www.imperatriznoticias.com.br/> Acesso em: 26 de jan. de 2014.

BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R.**Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil.** IPEA. Rio de Janeiro, Brasil. 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br> Acesso em: 19 de jan. de 2014.

BRASIL. Constituição (1988)**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**Brasília, DF. Senado Federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09/01/2014.

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.**Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/ids2010.pdf> Acesso em 09 de jan. de 2014.

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro, Brasil, 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/ids2010.pdf> Acesso em 09 de jan. de 2014.

_____. **Indicadores de Desenvolvimentobrasileiro.**Disponível em:<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/indicadores_de_desenvolvimento.pdf> Acesso em 09 de jan. de 2014.

_____. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/01/2014.

DUARTE, C.S.**A educação como um direito fundamental de natureza social.** Campinas, vol. 28, n. 100 – especial, p. 691-713, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 20 de jan. de 2014.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Joice Elias Costa (trad.). 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GUIMARÃES, R.P. **Aterrizando una Cometa: indicadores territoriales de sustentabilidad.** Santiago doChile: CEPAL/ILPES, 1998. (Serie Investigación, Documento 18/98, LC/IP/G.120).Disponível:<ftp://ftp.cgiar.org/cip> Acesso em: 28 de jan. de 2014.

GUIMARAES, R. P; FEICHAS, S.A.Q.**Desafios na Construção de Indicadores de Sustentabilidade.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n2/a07v12n2.pdf> Acesso em 28 de jan. de 2014

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de desenvolvimento sustentável - Brasil 2004 - Dimensão econômica - Quadro econômico**, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 24 de jan. de 2014.

_____. **Indicadores de desenvolvimento sustentável - Brasil 2008**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/> Acesso em: 22 de jan. de 2014.

_____. **Tendências demográficas: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000.** Rio de Janeiro, Brasil 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas> Acesso em: 22 de jan. de 2014.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O Brasil em 4 décadas. Ipea 46 anos. Texto para Discussão-1500.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1663/1/TD_1500.pdf>Acesso em 29 de jan. de 2014.

MARANHÃO. **Perfil do Maranhão 2006/2007** / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. V.1(2008) – São Luís: IMESC,2008. Disponível em: <http://www.imesc.ma.gov.br/docs/PerfilMunicipal/PerfildoMaranhao2006-2007_final.pdf> Acesso em: 09 de jan. de 2014.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN|). **Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão.** São Luís: SEPLAN, 2008. Disponível em:<http://www.seplan.ma.gov.br/dados/anexos/regioes_planejamento.pdf> Acesso em: 19 de jan. de 2014.

MARANHÃO. **Perfil da Região do Tocantins 2008** / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. v. 1 (2009). São Luís : IMESC, 2009. Disponível em: <www.imesc.ma.gov.br> Acesso em: 09 de jan. de 2014.

MARANHÃO (Estado). Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN); Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). **Projeto instituinte da Política Estadual de Descentralização e Desenvolvimento do Estado: Observatórios de políticas públicas e desenvolvimento local: uma estratégia para reduzir a pobreza com base nas metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM.** São Luís, 2009. Disponível em: <http://www.imesc.ma.gov.br/docs/OPPsite_madian-observatorio.pdf> Acesso em: 09 de jan. de 2014.

OLIVEIRA, A.F. de. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática.In: PIZZIO, Alex; FRANÇA, George; OLIVEIRA, Adão Francisco de (Org.). **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas.** Goiânia:Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93-99.

Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-políticas-pÚblicas-educacionais.pdf> Acesso em: 24 de jan. de 2014.

PNUD (Brasil), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. FJP-MG, Fundação João Pinheiro. IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (com dados dos Censos 1991, 2000 e 2010).** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013> Acesso em: 19 de jan. de 2014.

PNUD (Brasil). **Brasil avança no desenvolvimento humano e sobe uma posição no IDH.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2583> Acesso em 11 de jan. de 2014.

RICHARDSON, R.J.**Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. 15. reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.

SICHE, R.et al. **Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países.** Campinas, SP, Brasil: FEA/UNICAMP, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a09v10n2.pdf> Acesso em: 06 de jan. de 2014.

SCHRADER, A. **Métodos de pesquisa social empírica e indicadores sociais.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. Disponível em: <http://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_42.pdf> Acesso em: 06 de jan. de 2014.

SANTAGADA, S. **Indicadores Sociais: uma primeira abordagem social e histórica.**Pelotas, RS, Brasil. Pensamento Plural. [01]: 113 - 142, julho/dezembro, 2007. Disponível em: <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/01/06.pdf> Acesso em: 07 de jan. de 2014.

_____ . **A Situação Social do Brasil nos anos 80.** Pelotas, RS, Brasil. Pensamento Plural. [01]: 113 - 142, julho/dezembro, 2007. Disponível em: <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/01/06.pdf> Acesso em: 07 de jan. de 2014.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.